

SOBRE O FUNCIONAMENTO DO POLÍTICO NA LINGUAGEM

Sheila Elias de Oliveira
DL/PoEHMaS – UNICAMP

Resumo: *Este artigo propõe a articulação de dois conceitos de 'político' de duas teorias materialistas desenvolvidas no Brasil: a Semântica do Acontecimento e a Análise de Discurso. Mobilizando os conceitos em análises enunciativas de três peças de linguagem, a autora advoga que a junção dos conceitos dos dois domínios pode ampliar a capacidade heurística de ambos.*

Abstract: *This article proposes the articulation of two concepts of 'political' from two materialist theories developed in Brazil: Semantics of the Event and Discourse Analysis. Mobilizing such concepts in the enunciative analysis of three language pieces, the author argues that the junction of the concepts from the two domains can enlarge the heuristic capacity of both.*

1. Política e linguagem: uma questão materialista¹

Vamos procurar articular, a partir da análise de um texto jornalístico, e de duas tiras de quadrinhos, dois conceitos de *político* (ou *política*) de teorias materialistas sobre a linguagem, tal como têm sido formuladas e praticadas no Brasil: a Análise de Discurso e a Semântica do Acontecimento. São teorias filiadas ao materialismo histórico e que, nesta medida, entendem que na base das práticas humanas estão as relações materiais, fundadas nas práticas econômicas. São relações de disparidade e, como tais, de conflito.

O objetivo, pela mobilização dos dois conceitos em análise, dar visibilidade à distinção entre eles, e, com este gesto, defender a produtividade da sua articulação. O *político* na Análise de Discurso diz respeito às *divisões interdiscursivas*, isto é, àquelas que concernem às relações entre o dizer e sua constituição ideológica, pela inscrição na memória interdiscursiva. Na Semântica do Acontecimento, o *político* diz respeito às *divisões enunciativas* na configuração do dizer,

isto é, àquelas concernentes às representações dos sujeitos e aos gestos de afirmação de pertencimento desses sujeitos em relação a um objeto de dizer.

Tomaremos como base para a reflexão o texto do jornalista Fernando Rodrigues, publicado na seção Opinião da Folha de S. Paulo de 19/05/2012². Este texto comenta um flagra televisionado da comunicação não oficial, por mensagem de celular, entre um deputado federal e um governador de estado, durante as investigações da “CPI do Cachoeira”, Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar relações escusas entre um bicheiro, Carlos Cachoeira, e políticos do legislativo e do executivo³. Neste texto que trata da política enquanto governança pública, discutiremos a noção de política (ou político) implícita no dizer do locutor-jornalista, e faremos operar nossas categorias de análise. Trabalharemos, portanto, sobre esta tripla polissemia de *política* ou *político*.

Em seguida, passaremos à análise conjunta de duas tiras de cartunistas brasileiros que tomam como tema os livros e a leitura, para dar visibilidade ao funcionamento das categorias em relação a objetos de dizer que não pertencem ao domínio político enquanto governança pública, e tampouco discutem explicitamente o que é a política.

Vamos, então, ao texto jornalístico.

2. “Você é nosso e nós somos teu”

"Nós somos teu"

BRASÍLIA - Atire a primeira pedra quem nunca cometeu um erro de português ao escrever uma mensagem no celular. Não é esse o ponto principal no curioso torpedo redigido pelo deputado federal Cândido Vaccarezza, do PT de São Paulo, para o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB. /⁴ Na sessão de anteontem da CPI do Cachoeira, quando foram engavetados vários pedidos de convocação de gatos gordos da política, Vaccarezza enviou o seguinte SMS para Cabral: "A relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe você é nosso e nós somos teu (sic)". / O petista poderia muito bem ter escrito "é nós, mano" ou "tá tudo dominado". Seria o mesmo. A relação de compadrio deletério revelada só escancara

o que todos já sabem, mas nunca custa dizer de novo: o PT protege o PMDB e recebe em troca blindagem equivalente. / Partidos aliados se comportam assim desde que a política é política. Continuará sendo desse modo em todas as CPIs, como no passado recente também o PSDB protegia o PFL (hoje DEM) e vice-versa. / Graças à imagem mostrada pelo telejornal "SBT Brasil", a operação abafa na CPI do Cachoeira perdeu a ambiguidade. Ontem, Vaccarezza explicou sua mensagem: "O Cabral não é investigado, não é citado, [eu] não poderia estar blindando. O que o blinda é a inocência dele". / Sérgio Cabral é amigo do dono da empreiteira Delta, Fernando Cavendish. Ambos aparecem se refestelando num restaurante no exterior. Essa empresa tem contratos com governos pelo país inteiro. Nos inquéritos do caso Cachoeira, a Delta aparece como peça vital do esquema. / Nada disso seria indício suficiente para convocar Cabral. A CPI só tem uma regra de ouro, expressa no solecismo de Vaccarezza: "Você é nosso e nós somos teu". E os brasileiros que pagam impostos e os salários dessa turma? Estamos à deriva. Nós não somos de ninguém.

Começemos pela descrição das cenas enunciativas deste texto. Segundo Guimarães (2002, p.23), uma *cena enunciativa* se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas". As formas linguísticas, em nosso caso, são aquelas que compõem o texto, e das quais destacaremos alguns elementos ao longo de nossa análise. Já as figuras da enunciação correspondem às representações dos sujeitos falantes no dizer. A primeira delas é o Locutor (L), que se representa no dizer como sua origem; mas para tomar a palavra, deve ser autorizado por um lugar social de locutor (l-x): neste texto, o Locutor que assina o texto como Fernando Rodrigues toma a palavra como locutor-jornalista. Ele mobiliza diferentes lugares de dizer, ou enunciadores, que podem ser: o individual (que associa o dizer a um indivíduo), o genérico (que funciona sob o modo do "todo mundo sabe"), o universal (que produz o efeito de verdade universal) e o coletivo (que associa o dizer a um grupo específico).

Fernando Rodrigues comenta um acontecimento no Congresso Nacional durante a votação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o “Caso Cachoeira”, relacionado ao envolvimento do banqueiro de jogo do bicho Carlinhos Cachoeira com políticos influentes no país, em uma relação de mútuo favorecimento, que Rodrigues caracteriza como de “compadrio deletério”. O deputado Cândido Vaccarezza, do PT, foi flagrado por um jornalista da rede de televisão SBT enviando uma mensagem via SMS por celular a Sérgio Cabral, do PMDB, governador do Rio de Janeiro e alvo da CPI, em que tranquilizava o governador sobre sua convocação pela Comissão, a despeito de as relações entre PT e PMDB, segundo ele, estarem prestes a “azedar”.

A tomada da palavra como locutor-jornalista em um texto de opinião mobiliza, em primeiro plano, um enunciador individual. Veremos que Rodrigues se servirá também de um enunciador-genérico para apoiar seu dizer, e de um enunciador-coletivo que inclui o próprio locutor como parte do povo brasileiro. Começamos distinguindo o modo de pensar o político (a política) em uma abordagem materialista da linguagem do modo como Fernando Rodrigues o apresenta em seu texto, a partir do enunciado abaixo, que mobiliza um lugar de dizer genérico:

Partidos aliados se comportam assim desde que a política é política.

Este enunciado, ao se apresentar como sustentado em um saber genérico produz um efeito de evidência sobre o modo de funcionamento da política (ou da política partidária). A palavra *política* tem aí o sentido de compadrio, blindagem de corruptos entre si, em nome de interesses de pequenos grupos, e diz respeito ao modo de relação entre sujeitos ocupando cargos de governança (sujeitos estes chamados, no senso comum, de *políticos*). Este enunciado entrará em contradição, mais adiante, com a própria reivindicação de Rodrigues de outro fazer político, em nome do benefício da maioria, o que indica que esta caracterização da política, mobilizada como aquilo que todo mundo sabe, não é a única possível.

Em uma posição materialista sobre a linguagem, o político não é restrito às relações de governança pública; diz respeito às práticas

sociais em geral, nas quais a linguagem é fundamental. Pensar o político não é conceber o que lhe é próprio como deletério, e sim tomá-lo como fundamento das relações sociais. Fundado no conflito, o político é o que produz estabilidade, reforça discrepâncias e exclusões, mas também é o que permite o movimento, a inclusão e a produção de condições de igualdade, segundo o modo como se dá o embate das forças em jogo.

A Semântica do Acontecimento (assim nomeada em livro homônimo de 2002) se configura na reflexão de Eduardo Guimarães desde a década de 1980 no diálogo com abordagens enunciativas como as de Benveniste e Ducrot, a partir do deslocamento das questões de enunciação de uma posição estruturalista para uma posição materialista sobre a linguagem, tal como esta é proposta na Análise de Discurso Francesa (AD) fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi. A filiação à AD pode ser observada na obra de Guimarães já em Texto e Argumentação (Guimarães, 1987) e em Os limites do sentido (Guimarães, 1995). Em Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002), a teorização traz outra relação com o materialismo, sem perder o diálogo com a AD: o pensamento do filósofo francês Jacques Rancière sobre a política nos Estados democráticos. É neste novo quadro de relações que surge o conceito de *político* na enunciação.

Uma vez que o diálogo com a AD permanece, e com ele a concepção de que todo dizer se inscreve em posições-sujeito interdiscursivas, entendemos que a articulação entre os dois conceitos de *político* pode possibilitar um refinamento nas análises, oferecendo mecanismos para observar a relação entre o nível enunciativo (na terminologia da AD, o da formulação) e o interdiscurso (na terminologia da AD, o da constituição) do dizer. Vamos, então, tomar os conceitos de *político* de Orlandi e de Guimarães.

Começamos pelo conceito de *político* de Eduardo Guimarães: “O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (Guimarães, 2002, p.16). Perguntamos, então, que divisões do real estão em jogo produzindo sentidos neste texto.

Na enunciação do jornalista, a divisão fundamental que inscreve o conflito político-enunciativo é aquela dos brasileiros entre o povo

governado e os governantes. Fernando Rodrigues enuncia esta divisão sob o modo da disparidade entre os “que pagam impostos e os salários dessa turma” e a “turma” de representantes políticos que estabelece a “regra de ouro da CPI”: a proteção mútua entre os políticos corruptos, expressa no SMS que Vacarezza envia a Cabral: “A relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe você é nosso e nós somos teu (sic)”.

Sobre o povo governado, Rodrigues afirma sua condição de “deriva”, de desproteção, em oposição à (e por causa da) proteção mútua que os políticos de diferentes partidos oferecem uns aos outros em suas práticas de corrupção, significando o povo como vulnerável. Afirma ainda que a prática dos nossos políticos tem se orientado na direção de interesses particulares de grupos ou indivíduos, o que caracteriza a política, segundo ele, desde sempre, ou desde que “a política é política”. No texto de Rodrigues, a reivindicação de outra política se faz presente na afirmação da vulnerabilidade do povo diante dos políticos, ou ainda na associação da ‘língua de Vacarezza’ à língua de bandidos, como veremos a seguir.

Rodrigues aproxima o texto de Cabral de enunciados tidos no senso comum como próprios da língua de criminosos, ou da língua das periferias – o que, muitas vezes, no imaginário social, não se dissocia⁵. Segundo o jornalista, o SMS de Cabral poderia ser “é nós, mano” ou “tá tudo dominado”. Além disso, a língua dos criminosos, assim como a língua da periferia, são associadas, no senso comum, não só à presença de gírias (como as citadas por Rodrigues), mas também à falta de educação formal, o que as afasta do ideal de língua padrão, normatizada. Pelo destaque do “solecismo de Vacarezza” justamente no ponto do texto em que sugere que os enunciados do deputado poderiam ser substituídos por “é nós, mano” ou “tá tudo dominado”, o locutor-jornalista aproxima Vacarezza dos criminosos, segundo o imaginário de que estes têm pouca educação formal.

O “solecismo de Vacarezza” (a falta de concordância morfossintática de número entre verbo, sujeito e objeto) é posto, no texto de Rodrigues, em uma escala argumentativa na qual se junta ao argumento da prática de blindagem, como indício da impropriedade da ocupação de um cargo político pelo deputado. Se a relação escalar entre os argumentos pode ser parafraseada por: “não sabe português, e, pior, é corrupto”, é a junção dos dois argumentos que produz sua

força argumentativa e identifica Vacarezza como inadequado para o exercício de um cargo público: a língua de Vacarezza não segue nem a norma do padrão oficial nem a norma de conduta ética que devem seguir os políticos.

O texto orienta argumentativamente para a conclusão⁶: “com políticos como Vacarezza, os brasileiros estão à deriva”. A afirmação da condição de “deriva” dos brasileiros é feita a partir da mobilização de um enunciador-coletivo, por meio do qual o jornalista se identifica como parte do povo brasileiro: “E os brasileiros que pagam impostos e os salários dessa turma? Estamos à deriva. Nós não somos de ninguém.” Neste ponto, o texto marca uma posição ideológica do locutor-jornalista, que fala como cidadão brasileiro, e reivindica um sentido de política diferente das práticas descritas por ele como acontecendo “desde que a política é política”. Para compreender este movimento, lançamos mão do conceito de *político* da AD.

Começamos apresentando o conceito de *interdiscurso*, que dá base ao de *político*. Retomamos o conceito de interdiscurso na proposição inicial de Michel Pêcheux (1975, p.162): “o “todo complexo com dominante das formações discursivas””. Uma formação discursiva (FD) é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito (...)*” (Pêcheux, 1975, p.160).

Segundo Pêcheux (1975, p.162), a objetividade material do interdiscurso “reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. O que encontramos reformulado em Orlandi (1996, p.30): “Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária”. Esta relação com a exterioridade (interdiscursiva) fundamenta o conceito de político: “o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (Orlandi, 1996, p.21-22). Mobilizando este conceito, procuramos compreender que direções de sentido históricas, pela inscrição em posições interdiscursivas, o texto de Fernando Rodrigues toma.

Diremos que o dizer do locutor-jornalista enuncia da posição-sujeito de cidadão de um Estado democrático, pela qual produz um

discurso anti-corrupção na governança pública. Desta posição, o dizer do locutor-jornalista/cidadão brasileiro entrecruza o discurso da ética democrática e o discurso linguístico-normativo, e, contraditoriamente em relação ao que afirma ser a política, aponta o não-lugar da corrupção na prática política democrática, e denuncia a vulnerabilidade social do cidadão diante de sua presença ostensiva na prática da governança pública no Brasil.

3. Os livros e a leitura como valores sociais

Passamos, agora, à análise do *político* em duas tiras de quadrinhos cujo tema, diferentemente do texto de Rodrigues, não é relacionado à governança pública, e sim a uma atividade que diz respeito à presença da escrita em nossa sociedade: a leitura. Esta pode ser definida de muitos modos; por exemplo, como domínio do saber das letras que possibilita a inscrição na cultura letrada, ou ainda como atividade cognitiva, lúdica ou intelectual. Nas tiras que propomos para análise, a leitura é um valor social; a divisão do real na qual o conflito político se inscreve, e na qual a leitura e os livros se inscrevem como objetos do dizer, diz respeito aos valores nos quais se sustenta a nossa sociedade.

As duas tiras, respectivamente dos cartunistas Laerte e Adão Iturrusgarai, tematizam o lugar dos livros e da leitura na atualidade. A primeira tira nos coloca diante da polissemia do substantivo *leitura*, face a seus complementos sintáticos. A segunda nos conduz à polissemia de *livraria*, no substantivo derivado *megalivraria*. Ambas abordam as mudanças lexicais nessas palavras como indicadoras de processos sociais.

Vamos às tiras.



(Disponível em: <http://www2.uol.com.br/laerte/tiras/index.html>)



(Disponível em: <http://www.depositodetirinhas.com/>)

Os cartunistas produzem um olhar crítico sobre a sociedade sob a forma de quadrinhos, tiras, charges e cartuns. As tiras de Laerte e Adão que trazemos para análise questionam o lugar da leitura na sociedade capitalista, cujo eixo das relações sociais, seu valor máximo, é o dinheiro. Neste modo de produção, ganha proeminência o consumo, seja para o lazer, seja para a subsistência. Na tira de Laerte, a palavra *leitura* se divide polissemicamente, podendo significar a conferência de dados de consumo de itens de infraestrutura, como as leituras da luz, do gás, e da água, contrastadas à leitura do livro, aquela do envolvimento com as letras, que na tira é interrompida pelas leituras-conferências dos itens básicos de consumo. As leituras-conferências pragmáticas roubam o tempo e a entrega que a leitura-envolvimento pede.

Na tira de Adão, o lugar da leitura na nossa sociedade é questionado pela denúncia da ressignificação do lugar de comércio de livros, com o advento das *megalivrarias*, que oferecem, segundo a

tira, tantos itens de consumo, que o espaço para estar com os livros e para consumi-los se torna secundário. A livraria deixa de ser espaço de leitura ou de dedicação à leitura, ao menos à leitura de livros, já que o que se destaca são os outros itens que ela oferece: a cafeteria com rede sem fio para internet, a seção de informática, a sala de cinema e o playground. Uma *megalivraria* não é necessariamente, então, como a etimologia da palavra nos indicaria, um lugar para encontrar maior variedade e quantidade de livros ou um aumento do espaço de leitura ou de convívio com os livros, mas sim uma loja de tecnologias, com espaços de lazer comuns a outros lugares, como o playground e a cafeteria. De tal modo que se pode ir a uma megalivraria sem entrar em contato com os livros, como é o caso do personagem da tira.

Laerte, ao tomar a palavra como locutor-cartunista nesta tira, coloca em cena um sujeito que, de um lugar de dizer individual, reivindica seu direito à leitura, ao tempo para si, e não só para as atividades pragmáticas exemplificadas pela evidência das leituras-conferências, enunciadas pelos locutores-‘leitores’ do lugar de dizer genérico, que as apresenta como aquilo que é evidente nas relações sociais. Adão, por sua vez, contrapõe dois sujeitos que tomam a palavra como enunciadores individuais: um, deslumbrado com a novidade capitalista das *megalivrarias*, e outro, que questiona sua função enquanto *livrarias*, apontando para a desvalorização dos livros em nossa sociedade.

Enunciativamente, ambas as tiras reivindicam um lugar outro para o livro e a prática de leitura, tornando visível o fato de que os movimentos nas palavras da língua – neste caso, *leitura* e *megalivraria* – indicam processos sociais: neste caso, a desvalorização dos livros e da leitura em nossa sociedade. Discursivamente, as duas tiras se filiam a uma posição-sujeito que se opõe à superficialidade dos valores da sociedade capitalista que construímos, na qual o primado do consumo e o aumento da velocidade de consumo têm impedido que atividades que demandam envolvimento, entrega e tempo, como a leitura, sejam valorizadas. O que as tiras produzem não é necessariamente um discurso anti-capitalista, mas sim uma crítica ao modo como o capitalismo tem se configurado em nossa sociedade, sem que valores não econômicos sejam postos senão acima, ao menos ao lado do valor de consumo.

Ao articular ao discurso sobre o consumo o discurso sobre a língua, fazendo significar as mudanças lexicais como indicadoras de processos sociais, as duas tiras repetem, de certo modo, um movimento já produzido no texto jornalístico de Rodrigues com o qual introduzimos nossa reflexão. Para compreender a importância desses movimentos, vamos mobilizar o conceito de espaço de enunciação de Guimarães (2002, p.18): “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (...)”.

O espaço de enunciação das tiras e do texto de Rodrigues é o da língua portuguesa enquanto língua nacional e oficial do Brasil. É o de uma língua que se divide entre o pertencimento ao Estado e à nação. Em Rodrigues, a quebra da norma oficial é indício da baixa escolaridade, e como tal, da má formação do político. Nas tiras, a visibilidade dada aos movimentos na língua nacional e oficial enquanto indicadores de processos sociais significa o lugar da língua como observatório das mudanças sociais. Nos três textos, a mobilização de divisões do real da língua portuguesa enquanto língua nacional e de Estado no Brasil trabalham sobre o caráter político, conflitual, das línguas e da enunciação.

4. Política, enunciação e discursividade

Partindo do fato de que o que traz o político como conceito e como categoria de análise à Semântica do Acontecimento e à Análise de Discurso é a filiação de ambas ao materialismo histórico, buscamos mostrar, em análises que se inscrevem na semântica enunciativa, e procuram tirar partido do seu diálogo com a Análise de Discurso, a produtividade da articulação dos conceitos de *político* dos dois domínios na análise da linguagem.

Afirmar o lugar do político na linguagem é dar visibilidade à sua constituição nas condições sócio-históricas e, ao mesmo tempo, ao seu poder de injunção sobre a sociedade. Tomando o conflito como base das práticas sociais e de linguagem, a Semântica do Acontecimento e a Análise de Discurso focalizam o olhar sobre aspectos diferentes do político: os movimentos de sentido reivindicados na formulação do dizer, em uma, as posições-sujeito que os sustentam ou contra as quais

se inscrevem, em outra. Acreditamos que articulados, os conceitos de *político* desses dois domínios teóricos ligados pela filiação ao materialismo histórico podem dar a ambas as abordagens, a enunciativa e a discursiva, maior capacidade heurística.

Notas

¹ Uma versão inicial deste texto foi apresentada no Simpósio Semântica, Enunciação e Política, coordenado por Sheila Elias de Oliveira e Soeli Schreiber da Silva, no II Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (Cielli), na Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2012.

² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/43693-quotnos-somos-teuquot.shtml>.

³ “Em fevereiro de 2012, a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, revelou as íntimas relações do bicheiro Carlos Cachoeira com influentes políticos do Centro-Oeste, tanto da oposição como da base aliada. O senador goiano Demóstenes Torres (ex-DEM), figura de proa da oposição, foi o primeiro atingido. Uma série de gravações apontou que um dos mais combativos políticos do Congresso usava sua influência e credibilidade para defender os negócios de Cachoeira em troca de ricos presentes. Os grampos da PF também complicaram parlamentares de pelo menos seis siglas (PT, PSDB, PP, PTB, PPS e PCdoB), dois governadores (o petista Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, e o tucano Marconi Perillo, de Goiás) e a Delta, de Fernando Cavendish, empreiteira com maior número de obras no PAC. As revelações levaram à abertura de diversos inquéritos no STF, STJ e na Justiça Federal de Goiás e à criação de uma CPI no Congresso, presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e relatada por Odair Cunha (PT-MG).” Descrição disponível em <http://veja.abril.com.br/tema/cpi-do-cachoeira>.

⁴ As barras diagonais (/) indicam as mudanças de parágrafo feitas pelo autor.

⁵ Por exemplo, em um dicionário virtual chamado “Dicionário Rio x São Paulo de Gírias e Afins” (disponível em: <http://www.blogdojorge.com.br/2012/07/dicionario-rio-x-sao-paulo-de-girias-e-9.html>), encontramos para “é nós”, uma das expressões mencionadas por Rodrigues, a seguinte versão histórica: “**É nós**: versão resumida de “é nós na fita” para se dizer, em SP, o “é isso aí” ou o “pode crer” dos cariocas. Reza a lenda que a expressão original (assim como muitas outras com origem na periferia paulistana) surgiu no presídio, mais especificamente no Complexo do Carandiru, quando detentos participaram de uma filmagem no fim dos anos 1990 e, ao se verem na tela, teriam dito “é nós na fita” (na época, DVD ainda era luxo e o vídeo pela internet estava engatinhando).”

⁶ Tomamos a noção de *orientação argumentativa* tal como Guimarães (1987, p.25), baseado em Ducrot e Anscombe (1976): “orientar argumentativamente com um enunciado A é apresentar A como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir C”. Guimarães desloca a análise da argumentação de uma relação entre enunciados para uma relação entre os enunciados e os textos dos quais fazem parte. A noção de *escala argumentativa*, por sua vez, é tomada a Ducrot

(1973), que a define como um conjunto de argumentos postos em relação de força, orientando em direção a uma mesma conclusão. Temos questionado, em *corpora* textuais, o funcionamento argumentativo da escalaridade, já que, nos textos, o que determina a força argumentativa, muitas vezes, não é a disparidade entre os argumentos (mais fraco, mais forte), e sim sua junção. A esse respeito, ver Oliveira (1998).

Referências bibliográficas

DUCROT, O. (1973). “As escalas argumentativas”. In: *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo: Global, 1981, pp.178-228.

DUCROT, O.; ANSCOMBRE, J-C. (1976). “L’argumentation dans la langue”. In: *Langages*, 10e année, n°42, pp.5-27.

GUIMARÃES, E. (1987). *Texto e Argumentação: um estudo das conjunções no português*. Campinas: Pontes.

GUIMARÃES, E. (1995). *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.

OLIVEIRA, S. E. (1998). *Igreja Universal do Reino de Deus: uma análise de argumentação em perspectiva discursiva*. Dissertação de mestrado. Campinas: IEL/UNICAMP.

ORLANDI, E. P. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Vozes.

PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, 2ª ed.

Palavras-chave: materialismo, enunciação, discurso

Key-words: materialism, enunciation, discourse